

Editorial

É auspicioso verificar que os "Cadernos da Escola do Legislativo", agora em seu 11º volume, já se firmaram como fonte confiável de informações sobre a realidade socioeconômica brasileira.

Para tanto - e é sem falsa modéstia que o afirmamos - tem contribuído o critério por nós adotado, de absoluta isenção na escolha das matérias publicadas. Prova disso é a presente edição, que acolhe correntes de opinião as mais diversas sobre assuntos relacionados com a crise que atravessamos.

Assim, a questão da ética no poder - em função das exigências da sociedade e com a intermediação vigilante da mídia - chega-nos em artigo firmado pelo Professor Jamil Coury. Não menos atual é o desafio da pobreza em face do paternalismo oficial e da filantropia, como nos mostra a Professora Vera Telles. A pobreza e a fome, aliás, são objeto do testemunho de Dom Mauro Morelli, que as analisa tendo em vista a ação social da Igreja.

O Professor Antônio José Calhau de Rezende, servidor da Casa, apresenta-nos oportuno estudo sobre a função fiscalizadora do Legislativo e, em particular, sobre as Comissões Parlamentares de Inquérito. Por sua vez, o Professor Giovanni Semeraro discorre com autoridade gramscianiana sobre os movimentos populares como forma de organizar a sociedade civil, desvinculando-a da ingerência estatal. Finalmente, no capítulo das "Documenta", temos histórico da participação desta Assembléia, como Constituinte, no processo de redemocratização após a ditadura getulista.

Hão de concordar conosco os que nos lêem que os Cadernos são referencial importante para quem se preocupa com a construção da cidadania e com a sedimentação da nacionalidade. Nesse contexto, o objetivo da publicação poderá até parecer ambicioso, mas vem atestar que o Parlamento mineiro não se omite à realidade nem a desvirtua, ao defender os legítimos interesses do povo que representa.